

## Meu lado é o da Constituição e garantias, diz Zanin no Senado

O advogado Cristiano Zanin afirmou nesta quarta-feira (21/6), durante sua sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que sempre cumpriu e seguirá cumprindo a Constituição e que seu "compromisso é com a Justiça". A declaração foi feita na exposição inicial de Zanin, indicado a uma vaga no Supremo Tribunal Federal por Lula em 1º de junho.

"Não vou mudar de lado, pois o meu lado sempre foi o mesmo: o da Constituição, das garantias, do amplo direito de defesa e do devido processo legal. Para mim, só há um lado; o outro é barbárie", afirmou Zanin.



"Reafirmo o compromisso com o Estado Democrático de Direito

expresso em nossa Constituição. Isso significa que continuarei respeitando as nossas instituições democráticas. o Estado Democrático de Direito pressupõe a liberdade de expressão e de imprensa. O meu compromisso é com a Justiça, valor fundamental do Estado de Direito", prosseguiu.

Ele rebateu as críticas que recebeu por sua indicação. "Alguns me rotulam como advogado pessoal porque lutei pelos direitos individuais sempre contra a maré. Respondo que sempre desempenhei minha função buscando a justiça. Ser advogado é ter que conversar, explicar e esclarecer a incompreensão."

Zanin também agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela indicação ao Supremo e disse que, caso aprovado, será um ministro que atuará com independência.

"Sou advogado com muito orgulho. E com humildade espero que vossas excelências me dêem anuência de exercer o honroso cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal", concluiu na exposição.

### Indicação e sabatina

Zanin foi indicado por Lula no último dia 1º à vaga deixada vaga em abril por Ricardo Lewandowski. A indicação foi elogiada pela comunidade jurídica. O advogado é conhecido por ter atuado na defesa do petista em processos da "lava jato".

Se aprovada na CCJ, a indicação irá ao Plenário do Senado, onde precisa de 41 votos para ser aprovada. A votação só começa com esse número mínimo de senadores presentes.

Zanin ganhou notoriedade a partir de 2013, quando assumiu a defesa de Lula, até então conduzida por Roberto Teixeira, seu sogro. Com estilo combativo e disposição aparentemente infinita, logo passou a antagonizar com o ex-juiz Sergio Moro, responsável por julgar os processos da finada "lava jato", que ganhou fôlego a partir de 2014.

O advogado se aproximou mais de Lula a partir de 2018, durante os 580 dias em que o presidente ficou preso em Curitiba por ordem de Moro. Ele se orgulha de ter ajudado, por meio de sua atuação, a desnudar os métodos criminosos da "lava jato" e conseguido vencer em todos os processos do petista.

Zanin é frequentemente tratado como criminalista, embora seja especializado em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Em reservado, no entanto, desdenha desse tipo de rótulo: ele acredita que hoje o bom advogado precisa ter formação interdisciplinar, em especial para atuar em processos como os da "lava jato". Ao lado da mulher, Valeska Zanin Martins, levou essa interdisciplinaridade para as defesas de Lula.

O escolhido de Lula se formou em Direito pela PUC-SP, em 1999. Deu aulas de Direito Civil na Faculdade Autônoma de São Paulo e começou a carreira na advocacia em 2000, como estagiário do escritório Arruda Alvim.

Começou a trabalhar na banca Teixeira Martins Advogados em 2004. O escritório passou a levar o nome de Zanin em 2020, quando se tornou Teixeira Zanin Martins Advogados, sociedade de que também fazem parte Valeska e Larissa Teixeira.

A atuação como advogado de Lula, por colocá-lo sob os holofotes da imprensa nacional, trouxe vários percalços a seus outros processos. No caso mais emblemático, a **ConJur revelou, em 2016**, que o escritório de Zanin foi grampeado por Moro, a despeito de ser proibida a interceptação de conversas entre clientes e advogados.

Em 2020, ele virou alvo de outro juiz lavajatista. Marcelo Bretas, que, atendendo a pedido do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, determinou busca e apreensão contra diversos advogados, entre eles Zanin. O bote midiático se baseou na delação do ex-presidente da Fecomercio do Rio de Janeiro, Orlando Diniz, e foi posteriormente anulado pelo Supremo por usurpação de competência.

Na ocasião, **em entrevista exclusiva**, o advogado já defendia que a investigação era uma tentativa de intimidar advogados e denunciava o uso indiscriminado de delações como base para processos. "O uso de delatores como instrumento para alcançar alvos pré-determinados é uma metodologia de que a 'lava jato' se utiliza desde o começo da operação", afirmou ele.

Fernando Bianchi



Fernando Bianchi Cristiano Zanin durante lançamento de livro sobre *lawfare*

Zanin já havia abordado o tema em **outra entrevista à ConJur**, de 2019, quando destacou que o "modelo de processo baseado em delações impede o verdadeiro combate à corrupção". Na conversa, o advogado comentou o lançamento do livro *Lawfare: uma introdução*, que ele escreveu ao lado de Valeska Teixeira Martins e Rafael Valim.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jun-21/meu-lado-constituicao-garantias-zanin-senado-2/>